

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: UMA ABORDAGEM CRÍTICA À LUZ DAS CONTRIBUIÇÕES DE KARL POLANYI, DOUGLASS NORTH**

*REGIONAL DEVELOPMENT IN SOUTHERN AFRICA: A CRITICAL APPROACH IN LIGHT OF THE CONTRIBUTIONS OF KARL POLANYI, DOUGLASS NORTH*

*DESARROLLO REGIONAL EN EL SUR DE ÁFRICA: UN ENFOQUE CRÍTICO A LA LUZ DE LOS APORTES DE KARL POLANYI, DOUGLASS NORTH*

---

**Luís Jó Sandramo Inchuca**

E-mail: [luis.inchuca@mail.uft.edu.br](mailto:luis.inchuca@mail.uft.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3250-0946>

**Waldecy Rodrigues**

E-mail: [waldecy@mail.uft.edu.br](mailto:waldecy@mail.uft.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>

**Fabiana Scoleso**

E-mail: [fscoleso@mail.uft.edu.br](mailto:fscoleso@mail.uft.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3519-4592>

**ABSTRACT:**

This paper provides a critical analysis of regional development in Southern Africa, integrating the theoretical perspectives of Karl Polanyi and Douglass North. The central objective is to understand the challenges and opportunities of the region and to propose effective development strategies. Polanyi emphasizes the relevance of social institutions in regulating the market and protecting collective interests, while North highlights the role of governance and political and legal institutions in regional economic performance. The combination of these approaches provides a comprehensive view of regional development in Southern Africa. Applying these theories to the regional context involves analyzing how political, economic and social institutions shape the business environment and promote development. In addition, the paper explores public policies and intervention strategies to address challenges such as social inequality, infrastructure deficiency and political instability. The research concludes that a holistic approach, which considers economic, social and political dimensions, is essential to promote sustainable regional development in Southern Africa. This requires effective public policies, good governance, investment in infrastructure, institutional strengthening and the participation of all key actors, including civil society.

**KEYWORDS:** Regional Development in Southern Africa. Karl Polanyi and Douglass North. Public policy.

**RESUMO:**

Este artigo faz uma análise crítica do desenvolvimento regional na África Austral, integrando as perspectivas teóricas de Karl Polanyi e Douglass North. O objetivo central é compreender os desafios e oportunidades da região e propor estratégias de desenvolvimento eficazes. Polanyi enfatiza a relevância das instituições sociais na regulação do mercado e na proteção dos interesses coletivos, enquanto North destaca o papel da governança e das instituições políticas e jurídicas no desempenho econômico regional. A combinação dessas abordagens oferece uma visão abrangente do desenvolvimento regional na África Austral. Aplicar essas teorias ao contexto regional implica analisar como as instituições políticas, econômicas e sociais moldam o ambiente de negócios e promovem o desenvolvimento. Além disso, o artigo explora políticas públicas e estratégias de intervenção para enfrentar desafios como desigualdade social, deficiência de infraestrutura e instabilidade política. A pesquisa conclui que uma abordagem holística, que considere as dimensões econômicas, sociais e políticas, é essencial para promover um desenvolvimento regional sustentável na África Austral. Isso requer políticas públicas eficazes, boa governança, investimentos em infraestrutura, fortalecimento institucional e a participação de todos os atores-chave, incluindo a sociedade civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Regional na África Austral. Karl Polanyi e Douglass North. Políticas Públicas.

**RESUMEN:**

Este artículo ofrece un análisis crítico del desarrollo regional en el sur de África, integrando las perspectivas teóricas de Karl Polanyi y Douglass North. El objetivo central es comprender los desafíos y oportunidades de la región y proponer estrategias de desarrollo efectivas. Polanyi

ênfatiza a relevância de las instituciones sociales en la regulación del mercado y la protección de los intereses colectivos, mientras que North destaca el papel de la gobernanza y las instituciones políticas y legales en el desempeño económico regional. La combinación de estos enfoques proporciona una visión integral del desarrollo regional en el África austral. La aplicación de estas teorías al contexto regional implica analizar cómo las instituciones políticas, económicas y sociales configuran el entorno empresarial y promueven el desarrollo. Además, el artículo explora políticas públicas y estrategias de intervención para abordar desafíos como la desigualdad social, la deficiencia de infraestructura y la inestabilidad política. La investigación concluye que un enfoque holístico, que considere las dimensiones económicas, sociales y políticas, es esencial para promover el desarrollo regional sostenible en el sur de África. Esto requiere políticas públicas eficaces, buena gobernanza, inversión en infraestructura, fortalecimiento institucional y la participación de todos los actores clave, incluida la sociedad civil.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo Regional na África meridional. Karl Polanyi e Douglass Norte. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

África Austral é uma região rica em recursos naturais, incluindo ecossistemas aquáticos, costeiros e terrestres de importância global para a conservação da biodiversidade, que simultaneamente sustentam o desenvolvimento social e econômico. A economia dessa região depende significativamente de recursos como terras aráveis, água, florestas, pesca, vida selvagem e minerais. Uma região composta por 16 países, entre eles, África do Sul, Angola, Namíbia, Botswana, Zimbabwe, Zâmbia, Moçambique e Malawi. Apesar desse potencial, a África Austral enfrenta desafios significativos em seu desenvolvimento, como pobreza generalizada, desigualdade socioeconômica, conflitos étnicos e políticos persistentes, além de problemas crônicos de governança.

Para compreender esses desafios complexos, este artigo analisa as contribuições de Karl Polanyi e Douglass North. Polanyi, em "A Grande Transformação", afirma que a economia está intrinsecamente ligada às instituições sociais e políticas que a moldam. North enfatiza a importância das instituições formais e informais na determinação dos resultados econômicos. O objetivo deste estudo é entender como as instituições econômicas, políticas e sociais influenciam o desenvolvimento regional na África Austral, examinando como essas estruturas moldam padrões de produção, distribuição de recursos, acesso a oportunidades econômicas e participação política. Além disso, busca-se identificar estratégias eficazes para superar os desafios enfrentados pela região e promover um desenvolvimento mais equitativo. Compreender as dinâmicas subjacentes aos desafios da África Austral à luz dessas teorias é fundamental para propor intervenções políticas e estratégias de desenvolvimento que abordem as causas fundamentais da

pobreza, desigualdade e instabilidade na região, visando não apenas o crescimento econômico, mas também a inclusão social, justiça e estabilidade política.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica crítica. A pesquisa concentrou-se na análise da literatura sobre desenvolvimento regional, instituições econômicas, políticas e sociais, com ênfase no contexto da África Austral. Foram examinadas as contribuições teóricas de Karl Polanyi e Douglass North, complementadas por estudos empíricos e documentos produzidos por organizações internacionais.

Os dados foram analisados por meio de uma abordagem comparativa e integrativa, buscando identificar convergências e divergências entre as perspectivas teóricas dos autores, bem como sua contribuição para a compreensão da relação entre instituições, governança e desenvolvimento regional. Nesse contexto, Polanyi destaca a importância das instituições sociais e políticas na organização da economia, defendendo a atuação do Estado na proteção da sociedade frente aos efeitos adversos do livre mercado. Por sua vez, North (1990) enfatiza que as instituições, formais e informais, condicionam os incentivos, reduzem as incertezas e influenciam o desempenho econômico e o desenvolvimento das sociedades.

A aplicação dessas teorias ao contexto da África Austral evidencia que o desenvolvimento econômico sustentável depende não apenas de políticas econômicas eficazes, mas também de instituições adaptativas que respondam às dinâmicas sociais e econômicas em constante mudança. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem implementado políticas visando à industrialização, aumento do comércio intra-regional e desenvolvimento de infraestruturas, buscando reduzir a dependência econômica externa e fortalecer as economias locais. Entretanto, persistem desafios como disparidades socioeconômicas e a necessidade de instituições mais robustas que sustentem o desenvolvimento sustentável. A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) destaca a importância de enfrentar as mudanças climáticas, preservar a biodiversidade e combater as desigualdades para promover uma coesão social mais forte na região.

## **REVISÃO TEÓRICA**

Nesta seção, são apresentadas as principais ideias de Polanyi e North em relação ao desenvolvimento regional na África Austral, destacando como essas teorias lançam luz sobre os fatores que impulsionam ou dificultam o progresso na região. Explora-se a relevância das

instituições econômicas, políticas e sociais, bem como enfatiza-se a importância da governança e da estabilidade para o desenvolvimento regional. Além disso, são discutidos conceitos-chave, como subdesenvolvimento, desigualdades regionais e o papel crucial da história e da estrutura socioeconômica na formação das regiões. Diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento regional também são abordadas, proporcionando uma compreensão abrangente dos desafios e oportunidades enfrentados pela África Austral em seu caminho rumo ao progresso econômico e social.

## **UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA AFRICA AUSTRAL**

### **As Contribuições de Karl Polanyi**

A análise crítica do desenvolvimento regional à luz das contribuições de Karl Polanyi destaca a relevância sobre a necessidade de uma abordagem integral e multifacetada. Polanyi destacou a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas na promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, a visão polanyiana ressalta a necessidade de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que levem em conta as especificidades regionais, valorizando as atividades econômicas informais e tradicionais que sustentam as comunidades locais. Essa abordagem crítica questiona a ideia de que o desenvolvimento regional pode ser alcançado apenas por meio de políticas centradas no mercado e na acumulação de capital, enfatizando a importância de uma participação ativa do Estado e das próprias comunidades no processo de planejamento e implementação de iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional e inclusivo (Polanyi, 2013).

A “Grande Transformação”, obra publicada originalmente em 1944 por Karl Polanyi<sup>1</sup>, é uma análise profunda da ascensão do capitalismo e das consequências sociais, econômicas e políticas desse sistema. Polanyi (1944), adota uma abordagem inovadora e criativa ao examinar a formação da economia capitalista de mercado. Em sua obra, ele desvenda os processos pelos quais o mercado se separou das demais instituições sociais, evoluindo para uma esfera autônoma e autorregulável. Polanyi argumenta que “o mercado busca dominar o restante da sociedade transformando o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias”. Essa análise comparativa enfatiza o caráter singular e muitas vezes destrutivo da moderna economia de mercado, ressaltando as tensões e contradições inerentes a esse sistema (Polanyi, 2013, p. 92). A tradução para o

---

<sup>1</sup> Do original *The Great Transformation* Karl Polanyi Tradução autorizado do idioma inglês da edição publicado por Rinehart & Company Copyright © 1944 Karl Polanyi, Copyright © 1972 Marie Polanyi © 2000, Editora Compus Ltda. A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

português, realizada por Fanny Wrobel e publicada pela editora Campus em 2013, permite que o pensamento de Polanyi continue a ser debatido e compreendido em diferentes contextos e épocas.

A obra de Polanyi (2000) está dividida em três partes, a primeira delas foca na transformação fundamental na organização econômica e social que acompanhou o surgimento da economia de mercado como dominante. Polanyi explora como essa mudança afetou não apenas as relações econômicas, mas também as relações sociais e políticas. Na segunda parte, Polanyi adentra as dinâmicas das relações econômicas sob o capitalismo, examinando a transformação de bens e serviços em mercadorias, a relação entre trabalho e capital e o papel crucial do dinheiro nesse sistema. Ele destaca como a lógica da mercadoria e do mercado passou a moldar profundamente as interações sociais e a vida cotidiana das pessoas.

Na terceira parte, Polanyi aborda o papel essencial do Estado na regulação da economia de mercado e na proteção social dos cidadãos. Segundo Rodrigues e Santos (2017, p. 10-12), o Estado constitui a esfera que opera segundo o princípio da redistribuição, sendo responsável por redistribuir os recursos provenientes dos impostos com o objetivo de atender às necessidades dos indivíduos. Nesse sentido, a natureza da troca, o padrão institucional e as características intrínsecas desse princípio permitem compreender essa relação.

O autor argumenta que o Estado é indispensável para mitigar os impactos negativos de um mercado desregulado, garantindo a segurança econômica e social da população. O conceito de “sociedade de mercado”, introduzido por Polanyi, enfatiza os perigos de uma economia completamente desregulada, destacando os riscos de desigualdade extrema e de desintegração social caso o mercado opere sem restrições.

Polanyi (2013, p. 170) analisa ainda quatro instituições fundamentais que sustentaram a civilização do século XIX: o sistema de equilíbrio de poder, responsável pela manutenção da paz entre as grandes potências; o padrão internacional do ouro, que simbolizava uma organização singular da economia mundial; o mercado autorregulável, associado a um bem-estar material sem precedentes; e o Estado liberal, que emergiu desse mesmo sistema de mercado.

Contudo, o autor sustenta que, embora o mercado autorregulável tenha sido central, tratava-se de uma utopia inviável, cuja implementação contribuiu para o colapso das demais instituições, especialmente do padrão-ouro, culminando na crise que marcou o período. A análise de Polanyi busca, assim, evidenciar o mecanismo institucional por trás da decadência da civilização do século XIX, destacando as transformações sociais e nacionais decorrentes desse processo. Além disso, examina o papel da *haute finance* como uma instância complementar ao sistema de equilíbrio de poder, com influência significativa na estabilidade política e econômica, ainda que sujeita a diferentes interpretações.

Karl Polanyi enfatiza a importância de compreender a história e a diversidade dos sistemas econômicos e sociais, a fim de evitar uma visão simplista da economia de mercado como única forma válida de organização econômica. O autor destaca a complexidade das motivações humanas e o papel central das relações sociais na estruturação das economias ao longo do tempo (Polanyi, 2013 apud Rodrigues; Santos, 2013).

Além disso, critica o conceito de economia de mercado autorregulável, argumentando que as relações econômicas não podem ser dissociadas das relações sociais e ambientais. Nesse sentido, demonstra que as tentativas de submeter todas as esferas da vida à lógica do mercado tendem a produzir desequilíbrios sociais e ambientais significativos.

Um outro elemento não menos importante é o seu destaque sobre a importância dos interesses de classe na dinâmica da mudança social. Polanyi sugere que, em qualquer sociedade, diferentes grupos têm interesses distintos que são impulsionados por diversas fontes de mudança, como guerra, comércio, inovações tecnológicas ou alterações nas condições naturais. Esses interesses de classe são os principais motores da mudança social e política, pois cada grupo busca métodos de ajuste e conciliação de seus interesses de acordo com suas próprias perspectivas e necessidades. Embora as forças externas possam desencadear mudanças, são as dinâmicas internas da sociedade que determinam como essas mudanças se desdobram e são respondidas. Assim, enquanto o desafio é enfrentado pela sociedade como um todo, as respostas são articuladas através de grupos, seções e classes que representam diferentes interesses e perspectivas dentro dessa sociedade (Polanyi, 2013).

Karl Polanyi defende a necessidade de intervenção do Estado na economia como forma de garantir a proteção social e ambiental. Essa intervenção abrange políticas de regulação territorial, controle do uso dos recursos naturais e promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (Hirschman, 2000; Rodrigues; Santos, 2017, p. 14):

...reafirmam que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas também inclui a distribuição equitativa dos recursos. Nessa perspectiva, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir essa distribuição, assim como os líderes desempenhavam esse papel nas sociedades tribais. Segundo Hirschman (2000), distribuir implica criar condições para que todos os cidadãos tenham acesso justo ao valor agregado e à riqueza gerada coletivamente. Dessa forma, um Estado influenciado pela visão de Polanyi é aquele que efetivamente cumpre seu papel como agente redistribuidor, promovendo novas oportunidades e protegendo a sociedade contra desequilíbrios estruturais, agindo de maneira legítima (Rodrigues; Santos, 2017, p. 14).

Na ótica dos autores, “os mercados sempre estiveram presentes no contexto social, no entanto, a força do mercado não era dominante na configuração social” [...], na sociedade moderna os mercados são entendidos como um ponto de equilíbrio entre oferta e procura que funciona sem interferências dos indivíduos que o operam” [...]. Por outro lado, “à medida que o mercado se expandia de local para regional, e depois de regional para nacional, intensifica-se também um processo de modernização” (Rodrigues; Santos, 2017, p. 14).

Quanto ao desenvolvimento local/território, segundo Polanyi (2000; 2013), é definido pela interação empiricamente construída entre o homem e seu ambiente. O que significa que o desenvolvimento não se limita apenas às necessidades materiais, mas também considera as necessidades psicológicas e sociais das comunidades locais:

...seus pressupostos demonstram que o desenvolvimento é um processo que vai além do domínio da economia identificado pelo progresso econômico; engloba um conjunto de indicadores que interagem entre si, reunindo aspectos sociais, estando ligada diretamente com aspectos culturais, políticos-institucionais, econômicos e ambientais; trata-se deste modo, de um fenômeno multidimensional (Rodrigues; Santos, 2017, p. 18).

O desenvolvimento local/território, a coordenação dos atores locais e a cooperação entre empresas, governos e comunidades desempenham um papel fundamental. Esses mecanismos ativadores permitem que as comunidades locais controlem e direcionem sua própria geração e difusão de conhecimento, inovação e poder econômico (Rodrigues; Santos, 2017, p. 18). O que se destaca neste contexto não é tanto o tamanho das empresas, mas sim a dinâmica territorial em que estão inseridas. É crucial considerar a forma como a produção está organizada e sua habilidade em aproveitar o potencial regional, de modo a responder estrategicamente às necessidades e demandas geradas pelo ciclo econômico.

Para Karl Polanyi (2013), a governança e a estabilidade constituem elementos fundamentais para o progresso regional. O autor enfatiza que uma governança eficaz é essencial para assegurar que as instituições econômicas e sociais operem de forma justa e equitativa, o que implica a regulação dos mercados com o objetivo de evitar abusos, proteger os direitos dos trabalhadores e promover uma distribuição mais equilibrada dos recursos. Além disso, Polanyi destaca a importância da estabilidade política e econômica para o desenvolvimento regional. Um ambiente estável e previsível é crucial para atrair investimentos, promover o empreendedorismo e estimular o crescimento econômico sustentável. A instabilidade política, por outro lado, pode criar incertezas que afastam investidores e prejudicam o desenvolvimento regional (Polanyi, 2013).

Os elementos colocados por Polanyi sobre governança e estabilidade são de extrema relevância para o progresso regional. A governança eficaz na região é essencial para garantir que as instituições econômicas e sociais funcionem de maneira justa e equitativa. Esta perspectiva inclui não apenas a regulamentação adequada dos mercados para evitar abusos, mas também a proteção dos direitos dos trabalhadores e a promoção de uma distribuição justa dos recursos naturais e econômicos.

Além disso, a estabilidade política e econômica é crucial para o desenvolvimento sustentável na África Austral. Um ambiente político e econômico estável e previsível é fundamental para atrair investimentos estrangeiros e locais, promover o desenvolvimento e

estimular o crescimento econômico. A instabilidade política pode criar incertezas que afastam investidores em potencial, desaceleram o desenvolvimento de projetos e prejudicam a confiança no ambiente de negócios regional. A aplicação dos princípios de governança eficaz e a busca pela estabilidade política e econômica são pilares fundamentais para impulsionar o progresso regional na África Austral, permitindo que a região alcance seu potencial econômico e social de maneira sustentável e inclusiva.

Contudo, a teoria de Polanyi também enfrenta críticas quanto à viabilidade de uma completa descentralização do mercado do sistema social. Alguns argumentam que a esfera econômica possui uma centralidade inegável, o que pode limitar a eficácia das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Além disso, a complexidade das relações econômicas e sociais em contextos regionais pode tornar desafiador o equilíbrio entre as forças do mercado e as intervenções estatais. Enquanto a visão polanyiana oferece uma perspectiva crítica e integrada do desenvolvimento regional, ela também levanta questões sobre a implementação prática de suas propostas e a necessidade de abordagens flexíveis e adaptativas que considerem as dinâmicas específicas de cada região.

### **As contribuições do North**

Segundo Battesini (2019, p. 6), para North, a mudança e a estabilidade não podem ser adequadamente compreendidas apenas através de cálculos individualistas de custo/benefício. Em sua obra "Institutions, Institutional Change and Economic Performance", de 1990, North deixa de lado a análise histórica para se concentrar em desenvolver uma teoria das instituições e da mudança institucional. Seu objetivo é estabelecer um quadro analítico que explique como a evolução das instituições influencia o desempenho econômico, destacando que em ambientes de incerteza, os custos de transação são elevados, dificultando soluções cooperativas necessárias para o crescimento econômico. As instituições são definidas como as "regras do jogo" em uma sociedade, moldando a interação humana e reduzindo a incerteza ao fornecer uma estrutura estável para a vida cotidiana (Battesini, 2019).

O conceito de desenvolvimento econômico e suas disparidades entre países, conforme abordado por Toyoshima (1999, p. 3), despertou a preocupação de Douglas North em entender os fatores de convergência e divergência na economia moderna. Em sua busca por respostas, North ressurgiu com a teoria institucional, que combina a teoria do comportamento humano e a teoria dos custos de transação em uma análise crítica e ortodoxa em seus estudos comparativos.

Ao discutir os modelos de desenvolvimento econômico que reforçam o conceito de desenvolvimento regional, à abordagem institucionalista, Douglass North inclui uma análise crítica das raízes históricas e estruturais do subdesenvolvimento em diferentes regiões, que

envolve considerações sobre desigualdades regionais, o impacto das instituições econômicas, políticas e sociais, bem como a importância da governança e estabilidade para o progresso regional. Essa perspectiva abrangente examina como as instituições moldam a dinâmica econômica e social em diferentes contextos regionais, influenciando diretamente os padrões de desenvolvimento e as disparidades entre as regiões (Toyoshima, 1999).

O conceito de instituições segundo Douglass North se refere a regras formais e informais estabelecidas pelos indivíduos para regular sua interação em uma sociedade. Essas instituições desempenham o papel fundamental de reduzir as incertezas no ambiente, criando estruturas estáveis que orientam e regulam as interações entre os membros da sociedade. Essas regras e normas, tanto as explícitas (como leis e regulamentos) quanto as implícitas (como costumes e tradições), moldam o comportamento humano, influenciando as escolhas econômicas, políticas e sociais dos indivíduos e organizações. A análise das instituições é central na teoria institucional de North, pois ele argumenta que são essas estruturas que determinam em grande parte o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade (Toyoshima, 1999).

Na sua obra pode ser entendida em dois movimentos principais ao longo do tempo. O primeiro movimento é a transição da cliometria para a análise institucional, que ocorreu quando North percebeu que a evolução das instituições é mais crucial para o desenvolvimento econômico do que os avanços tecnológicos. Essa mudança pode ser observada ao comparar seus livros de 1961, "The Economic Growth of the United States 1790-1860", e de 1971, "Institutional Change and American Economic Growth". O segundo movimento importante foi a transição de estudos institucionais históricos para a construção de uma teoria econômica institucional. North estudou a história de diversas civilizações ao longo do tempo para formular uma teoria que explicasse a evolução das sociedades em termos de desenvolvimento econômico (Toyoshima, 1999).

As inquietações sobre os modelos de crescimento econômico dividem os autores em dois grupos principais: os ortodoxos e os que enfatizam a importância das instituições. No entanto, dentro do segundo grupo, surgem duas correntes distintas que não podem ser analisadas conjuntamente devido às suas abordagens divergentes. Por um lado, temos os chamados "velhos institucionalistas", que seguem a linha de pensamento de Thorstein Veblen. Embora possam ter campos de pesquisa diferenciados, esses autores compartilham ideias comuns sobre o papel central das instituições na economia e no desenvolvimento (Toyoshima, 1999). Por outro lado, temos os "neoinstitucionalistas" ou "novos institucionalistas", representados por figuras como Douglass North (1990) e Oliver Williamson (1985). Segundo Toyoshima (1999), esses autores têm uma abordagem mais moderna em relação às instituições, destacando sua importância na explicação de fenômenos econômicos e sociais. Enquanto os "velhos institucionalistas" enfatizam a necessidade de mudanças radicais nas instituições para promover o desenvolvimento

econômico, os "neoinstitucionalistas" tendem a valorizar mais a evolução gradual das instituições e suas interações complexas com outros aspectos da sociedade.

Oliver Williamson (1989), em seu prefácio para *As Instituições Econômicas do Capitalismo*, destaca a complementaridade dos argumentos baseados nos custos de transação com outras abordagens de análise dos fenômenos econômicos. O autor reconhece que os custos de transação não devem ser analisados isoladamente, mas como parte de um conjunto de métodos que contribuem para uma compreensão mais abrangente dos processos econômicos. Essa perspectiva demonstra a visão do autor sobre a importância da integração de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para uma análise mais robusta e abrangente dos sistemas econômicos e das instituições que os moldam.

Portanto, a análise dos modelos de crescimento econômico e do papel das instituições deve levar em consideração não apenas a divisão entre ortodoxos e institucionalistas, mas também a distinção entre as diferentes correntes dentro do grupo dos institucionalistas, cada uma com suas perspectivas e ênfases específicas.

Como economista da época, enquadrado no “novo institucionalistas” ou “institucionalistas neoclassicos” juntamente com Williamson (1985), North (1990), destaca a importância das instituições na determinação do desenvolvimento econômico e social. Segundo o autor, as instituições moldam os incentivos dos agentes econômicos e influenciam o comportamento das pessoas, empresas e governos em uma determinada sociedade. isto quer dizer que instituições eficientes e inclusivas tendem a promover um ambiente favorável ao desenvolvimento regional, enquanto instituições fracas, corruptas ou discriminatórias podem perpetuar o subdesenvolvimento.

Segundo afirma o Furlanetto (2008, p. 61) “é essencial considerar o papel dos negociadores e líderes na influência das instituições e na forma como elas são moldadas ao longo do tempo”. Tanto North quanto Williamson destacam a importância do estudo do comportamento humano para compreender o funcionamento das instituições. Temas como oportunismo, confiança e cooperação são centrais em suas análises, refletindo a relevância das relações sociais na configuração institucional. A teoria dos custos de transação, em particular, tem sido aplicada para entender questões como cooperação e alianças estratégicas entre empresas, oferecendo luz para decisões sobre como ingressar no mercado, seja de forma isolada ou cooperativa (Furlanetto, 2008).

Na ótica do North, ao analisar as raízes históricas do subdesenvolvimento em determinadas regiões, é importante considerar fatores como colonização, exploração de recursos naturais, desigualdades sociais e políticas, além de eventos históricos que moldaram as estruturas econômicas e sociais dessas áreas. Por exemplo, regiões que foram colonizadas com base em

relações de exploração e dependência tendem a enfrentar desafios significativos em seu desenvolvimento posterior, como a manutenção de elites dominantes, a falta de infraestrutura e investimentos públicos, e a persistência de desigualdades socioeconômicas. Estes sinais até hoje são notáveis em países da África Austral e/ou do continente Africano como todo (Madureira, 2015).

Outros enfoques teóricos sobre desenvolvimento regional também podem ser considerados, como a abordagem neoclássica, que enfatiza a importância dos fatores de produção, como capital e trabalho, na determinação do crescimento econômico regional. Além disso, a teoria do desenvolvimento endógeno destaca a necessidade de políticas públicas e investimentos locais para estimular a criação de capacidades produtivas e o surgimento de setores econômicos dinâmicos em áreas subdesenvolvidas (Lima, 2006).

No que diz respeito às propostas para promover um desenvolvimento regional mais equitativo e inclusivo, autores como Lima (2006) enfatizam a importância da formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Essas políticas devem assegurar o acesso equitativo a recursos, educação, saúde e oportunidades econômicas, contemplando medidas como investimentos em infraestrutura, programas de capacitação profissional, incentivos fiscais para empresas que gerem emprego local, mecanismos de redistribuição de renda, bem como ações voltadas ao combate à corrupção e à promoção da inclusão social.

Segundo Douglass North, as sociedades pobres enfrentam dificuldades não tanto pela falta de acesso à tecnologia, mas pela ausência de instituições sólidas que incentivem atividades econômicas produtivas, como a acumulação de capital e conhecimento (North, 1990 apud Gala, 2020, p. 280).

África Austral enfrenta um conjunto de desafios institucionais que comprometem o seu desenvolvimento econômico, incluindo corrupção, burocracia excessiva, instabilidade política e fragilidade na proteção dos direitos de propriedade. Esses fatores geram incerteza e elevam os custos de transação para empreendedores e investidores, desincentivando o investimento e a acumulação de capital na região. Ademais, a ausência de um ambiente regulatório claro e eficiente limita a inovação, reduz a competitividade e dificulta a consolidação de mercados dinâmicos.

Nesse contexto, destaca-se ainda a necessidade de fortalecimento das instituições ligadas à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento. A insuficiência de reformas estruturais e de investimentos nessas áreas contribui para baixos níveis de qualificação da força de trabalho e reduzida capacidade de inovação tecnológica, restringindo, assim, o potencial da região para competir globalmente e agregar valor aos seus produtos e serviços.

A falta de separação de poderes e a concentração excessiva de autoridade na figura do Presidente da República, em alguns países da África Austral, constituem fatores preocupantes

para o funcionamento do sistema político. Essa concentração manifesta-se por meio do controle sobre instituições públicas e da centralização das decisões políticas nas mãos dos chefes de Estado, conforme previsto nas constituições desses países.

Segundo Gil Cistac (2009; 2012 apud Dauce, 2013, p. 48), essa dinâmica permite uma influência direta do presidente sobre as instituições públicas e os processos decisórios, o que pode comprometer a eficácia governativa. A maioria desses países adota o sistema presidencialista, no qual, conforme observa Cistac (2009; 2012), a fiscalização tende a incidir predominantemente sobre os membros do governo, excluindo, em grande medida, a chefia do Estado, o que levanta questões relevantes acerca da transparência e da responsabilização no exercício do poder político (Dauce, 2013).

Além disso, as instituições relacionadas ao comércio e à integração regional também desempenham um papel crucial na África Austral. A região possui potencial para promover o comércio intra-regional e a cooperação econômica, mas as barreiras comerciais, a infraestrutura deficiente e a falta de harmonização regulatória são obstáculos que precisam ser superados através do fortalecimento das instituições regionais, como a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC). Assim, o desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligado ao ambiente institucional em que ocorre (Jamine et al, 2010).

O livro de 1973 de North busca entender essa evolução institucional que fez da Europa o berço da civilização ocidental, especialmente durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna. As instituições desenvolvidas inicialmente na Itália e Holanda, e posteriormente na Inglaterra, desempenharam um papel crucial nesse processo, colocando o continente europeu em uma posição privilegiada no século XVIII. Considerando a SADC e a integração regional como um modelo que surge como uma reprodução do modelo europeu, há que se encontrar um equilíbrio entre a adaptação das instituições europeias à realidade africana e o desenvolvimento de novas instituições que atendam às necessidades e características específicas da região. Isso implica em um processo cuidadoso de avaliação e reforma institucional, levando em conta os contextos históricos, culturais e socioeconômicos dos países membros da SADC (Gala, 2020).

Em termos de governança e estabilidade, a garantia do Estado de direito, o fortalecimento das instituições democráticas, a transparência na gestão pública e a participação cidadã são fundamentais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento regional sustentável. Segundo o autor, a instabilidade política, a falta de segurança jurídica e a corrupção podem minar os esforços de desenvolvimento e desencorajar investimentos e iniciativas empreendedoras da região.

Uma análise crítica e integrada das diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento regional, Polanyi enfatiza a necessidade de uma abordagem integral e

multifacetada, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas no processo de desenvolvimento regional. Ele questiona a ideia de que o desenvolvimento pode ser alcançado apenas por meio de políticas centradas no mercado, destacando a importância da participação do Estado e das comunidades locais.

Por outro lado, North ressalta a importância das instituições na redução da incerteza e na criação de estruturas estáveis para o desenvolvimento econômico. Ele enfoca a necessidade de instituições eficientes e inclusivas, que promovam um ambiente favorável ao desenvolvimento regional, e destaca os desafios enfrentados pela África Austral, como corrupção, instabilidade política e fragilidades nas instituições públicas.

Ambos os autores convergem na importância da governança eficaz, da estabilidade política e econômica, e da promoção de instituições que incentivem atividades econômicas produtivas e protejam os direitos dos cidadãos. Esses elementos são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento regional de forma sustentável e inclusiva na África Austral.

## **APLICAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA ÁFRICA AUSTRAL**

O conceito de desenvolvimento regional é particularmente relevante para a África Austral devido às suas características geográficas, econômicas e sociais distintas. Ao considerar o debate sobre este conceito nessa região, é crucial compreender as diversas perspectivas que envolvem tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento econômico e o desenvolvimento regional são temas complexos que têm sido discutidos por vários autores ao longo do tempo. Segundo o Madureira (2015, p. 2), Meier e Baldwin (1968) destacaram a dificuldade em definir de forma definitiva o desenvolvimento econômico, dada a sua complexidade. O mesmo se aplica ao desenvolvimento regional, que deve ser visto por perspectivas múltiplas, como, por exemplo, quando se procuram compreender as relações entre espaços geograficamente definidos, atividades econômicas e fenômenos sociais, buscando interpretar as desigualdades entre regiões próximas, bem como as periféricas.

Desenvolvimento regional também apresenta desafios em termos de definição precisa devido às disparidades regionais que sempre existirão (Madureira, 2015, p.10). As teorias de desenvolvimento regional estão próximas à corrente institucionalista, cujo debate se baseia nas contribuições de Karl Polanyi para a economia de mercado e nas ideias de Douglass North sobre instituições. Essas abordagens mais holísticas são fundamentais ao discutir o desenvolvimento regional na África Austral e em outras regiões, pois reconhecem a interconexão entre fatores econômicos, sociais e institucionais que influenciam o progresso regional (Madureira, 2015).

Corrêa et al. (2019) exploram o conceito de desenvolvimento regional à luz das ideias de Lima; Simões (2009), que destacam que o conceito de desenvolvimento regional não é estático, mas dinâmico e em constante evolução. Uma das transformações mais significativas refere-se à atenção crescente à dimensão subnacional do desenvolvimento, decorrente da constatação de que o progresso ocorre de forma desigual, favorecendo regiões mais dinâmicas em detrimento daquelas menos desenvolvidas.

Essa dinâmica de desenvolvimento desigual e suas repercussões nas diferentes regiões são discutidas por teorias econômicas e espaciais, conforme destacado por Monastério; Cavalcante (2011 apud corrêa et al., 2019, p. 5). As teorias econômicas buscam explicar a concentração territorial da produção, enquanto as teorias espaciais ou de localização visam compreender questões mercadológicas mais amplas na economia. Nesse contexto, surge a noção de desenvolvimento regional, que passa a focalizar mais diretamente as dimensões subnacionais do desenvolvimento econômico e social, considerando as interações intra e inter-regionais que influenciam o processo de desenvolvimento.

Na nova abordagem sobre desenvolvimento econômico foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), um organismo internacional para lidar com questões globais como paz, educação e alimentação, além de coordenar esforços para o desenvolvimento de países que enfrentam atrasos e impactos da guerra. Dentro dessa estrutura, surgiu a Comissão Econômica Para a América Latina - CEPAL, vinculada à ONU, cujo foco era compreender as particularidades da América Latina e do Caribe e propor alternativas de desenvolvimento para essa região por meio de estudos e relatórios especializados (Madureira, 2015).

Com a ONU, o desenvolvimento econômico, passa a ser visto como um aumento no fluxo de renda real disponível para uma comunidade, que por sua vez é impulsionado pelo crescimento econômico. Segundo Madureira:

....Kuznets (1970, p. 10), destaca a relação entre aumento populacional, produto per capita e desenvolvimento, enfatizando que esse aumento na produção por pessoa tem implicações significativas na qualidade de vida e nas relações internacionais. Oliveira e Lima (2003), expande essa ideia, argumentando que o desenvolvimento econômico não se limita apenas ao crescimento, mas também inclui mudanças qualitativas na composição econômica e na distribuição de recursos para melhorar indicadores sociais e econômicos. Por fim, Cardoso e Faletto (2000), “destacam a natureza social do desenvolvimento, enfatizando que suas implicações vão além do aspecto econômico, afetando as estruturas políticas e sociais” (Madureira, 2015, p. 9).

Na região da África Austral, a ONU surgiu através das suas agências internacionais para desempenhar um papel que se considerava oportuno para alavancar iniciativas de desenvolvimento e apoio na região. No entanto, diferentemente da CEPAL, na África Austral a ONU coordena uma série de programas e iniciativas por meio de agências como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), UNICEF (Fundo das Nações Unidas

para a Infância), FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e outras organizações afiliadas. Esses programas abrangem uma variedade de áreas, incluindo desenvolvimento econômico, educação, saúde, segurança alimentar e proteção ambiental<sup>2</sup>.

O Desenvolvimento regional concentra-se na análise e na promoção do progresso de áreas geográficas específicas dentro de um país ou região. Essas áreas podem ser definidas de várias maneiras, como estados, províncias, municípios ou mesmo distritos dentro de uma cidade. O desenvolvimento regional busca equilibrar o crescimento econômico e social entre diferentes regiões, reduzindo disparidades e promovendo a coesão territorial (Madureira, 2015).

Como assenta Madureira (2015, p. 11), as teorias de desenvolvimento regional de Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961) foram fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de regiões específicas. Perroux (1967) introduziu a teoria do "Polo de Crescimento", que destaca a "importância de criar centros dinâmicos de desenvolvimento para impulsionar o crescimento econômico em áreas circundantes". Myrdal, por sua vez, analisou "as disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, destacando a necessidade de abordagens macropolíticas para promover o desenvolvimento em regiões menos desenvolvidas". Hirschman contribuiu com a ideia dos "Encadeamentos Produtivos para Frente e para Trás", "ênfatizando a importância de estabelecer conexões econômicas que impulsionem o crescimento regional" (Madureira, 2015).

Além desses autores, Karl Polanyi e Douglass North também influenciaram significativamente as teorias e práticas de desenvolvimento regional. Suas contribuições se basearam em análises institucionais e na compreensão dos contextos sociais e econômicos que moldam o desenvolvimento (Madureira, 2015, p. 16). A coletânea dessas abordagens teóricas contribuiu para inspirar políticas públicas mais abrangentes e eficazes, buscando criar as condições necessárias para o desenvolvimento regional na África Austral e em outras regiões que ainda não atingiram seu potencial de desenvolvimento.

Portanto, a abordagem sobre o desenvolvimento regional com aplicações na África Austral destaca a importância das teorias e contribuições de diversos autores ao longo do tempo. Perroux, Myrdal e Hirschman, entre outros, introduziram conceitos fundamentais como os polos de crescimento, análise das disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e encadeamentos produtivos. Essas teorias, aliadas às contribuições de Karl Polanyi e Douglass North, baseadas em análises institucionais e contextuais, consideram-se cruciais para o estabelecimento de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional na África Austral. A compreensão das disparidades regionais, a criação de centros dinâmicos de

---

<sup>2</sup> ONU-Organização das Nações Unidas. Disponível em:  
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/onu.htm> Acesso em 12/04/2024.

desenvolvimento, e o fortalecimento das conexões econômicas podem contribuir para promover um desenvolvimento mais equilibrado e coeso na região, se se tomar em consideração outros aspectos já mencionados, como a boa governança, a pujança do Estado, instituições fortificadas e uma economia de mercado virada para o bem-estar-social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir as aplicações do desenvolvimento regional na África Austral, fundamentando-se nas abordagens críticas de Karl Polanyi (2013) e Douglass North (1990). Tal análise baseou-se nas teorias que esses autores desenvolveram ao longo de suas carreiras, visando compreender o papel das instituições e dos processos econômicos no crescimento e desenvolvimento regional. Além disso, o artigo considerou contribuições de diversos autores que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento, destacando a relevância de modelos de crescimento econômico e a importância das instituições para explicar as disparidades regionais.

A análise evidencia que uma abordagem multifacetada é necessária para compreender o desenvolvimento regional na África Austral. Enquanto Polanyi e North enfatizam o papel das instituições na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, teóricos como Perroux, Myrdal e Hirschman oferecem conceitos fundamentais para entender as desigualdades regionais e orientar políticas públicas eficazes. A integração dessas perspectivas teóricas, aliada à consideração de desafios específicos da região — como corrupção, instabilidade política e fragilidades institucionais —, é essencial para promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento regional não depende apenas de políticas econômicas ou institucionais, mas também requer uma abordagem holística que considere dimensões sociais, culturais e políticas. A governança eficaz, a participação cidadã e o fortalecimento das instituições democráticas emergem como pilares para criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável. O sucesso dessas políticas depende, portanto, da capacidade de enfrentar desafios institucionais e de assegurar que as ações promovam inclusão social e prosperidade regional.

Para pesquisas futuras e intervenções no campo do desenvolvimento regional na África Austral, torna-se crucial explorar de forma mais aprofundada as interações entre instituições políticas, econômicas e sociais, considerando o contexto específico de cada país e região.

## *Agradecimentos*

Ao meu Coordenador e Co-orientadora do Doutorado. Ao apoio financeiro em termos da Bolsa da CAPES. A minha família, esposa e filhos, ao meu pai.

## Referências Bibliográficas

BATTESINI, Eugênio. *Douglass C. North*. In: KLEIN, Vinicius; BECUE, Sabrina Maria Fadel. *Análise econômica do direito: principais autores e estudos de caso*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 89.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 1970.

CISTAC, Gilles. *O Direito Administrativo em Moçambique*. Maputo: Hotel Cardoso, 2009.

CISTAC, G. *Moçambique: institucionalização, organização e problemas do poder local*. Lisboa: abril, 2012.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 7, 2019.

DA ÁFRICA AUSTRAL, Comunidade de Desenvolvimento. *Transfronteiriço Conservação Área Programa (TFCA) 2023-2033*. 2023. Disponível em: <https://www.sadc.int/sites/default/files/2024-04/TFCA%20Portuguese%20low-res.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DA SILVA, Igor Castellano. *Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)*. Porto Alegre: CEBRAFRICA/UFRGS, 2017.

DE OLIVEIRA, Gilson Batista; DE SOUZA LIMA, José Edmilson. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, v. 6, n. 2, 2003.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 55-67, 2008.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 276-292, 2020.

JAMINE, Elísio Benedito et al. *A integração regional na África Austral: obstáculos e oportunidades (1980-2008)*. 2010.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 12, n. 21, 2009.

LIMA, Antônio Ernani Martins. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. *Análise Econômica*, v. 24, n. 45, 2006.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. *Revista Thêma et Scientia*, v. 5, n. 2, 2015.

MYRDAL, Gunnar. *The political element in the development of economic theory*. Harvard University Press, 1965.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. The new institutional economics. *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)/Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, v. 142, n. 1, p. 230-237, 1965.

PERROUX, François; DE FREITAS, José Lebre. *A economia do século XX*. 1967.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2013.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS, Nayara Silva. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local?. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 1, n. 36, 2017.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglass North. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 29, n. 1, p. 95-112, 1999.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. *Las instituciones económicas del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989